



CONCURSO PÚBLICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ÂNGELO

CARGO

ENGENHEIRO SANITARISTA

1º.9.2019

Esta prova consta de 30 (trinta) questões, assim distribuídas:

- Conhecimentos Específicos e Atribuições do Cargo..... 25 questões
- Legislação 5 questões

ATENÇÃO

1. Confira o total das questões. Qualquer irregularidade, comunique ao fiscal antes de iniciar a prova.
2. **O cartão contém duas partes:**
 1. **Uma é para assinalar as respostas**, devidamente desidentificada.
 2. **A outra com a identificação do candidato. Nesta parte**, confira seus dados (nº de inscrição, nome e cargo) e **assine no local indicado**.
3. As duas partes não podem ser destacadas uma da outra, as quais deverão ser entregues ao fiscal de sala.
4. Assinale apenas UMA resposta para cada questão objetiva.
5. Ao passar para o cartão-resposta, negrite a quadrícula na linha e coluna correspondentes à resposta correta. É vedada qualquer marca que não seja na quadrícula correspondente à resposta do candidato. Caso isso ocorra, o candidato estará automaticamente desclassificado.
6. A interpretação das questões é parte integrante da prova.
7. Questão rasurada será anulada.
8. A duração da prova é de 3h (três horas), incluindo o tempo para o preenchimento do cartão-resposta.

BOA PROVA!

Nº DE INSCRIÇÃO

NOME



Conhecimentos Específicos e Atribuições do Cargo

1. Durante o processo de tratamento de esgoto doméstico em uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), os níveis empregados e os métodos realizados têm por objetivo o atendimento a padrões de qualidade conforme legislação vigente, seja ela federal e/ou estadual. Para que a remoção dos contaminantes seja eficaz, visando atender à qualidade preconizada na legislação, a qualidade da ETE está associada aos itens dispostos de forma correta na alternativa:
A.() Qualidade da água do corpo d'água receptor, a montante e a jusante.
B.() Qualidade da água do corpo d'água receptor, a montante e a eficiência do tratamento.
C.() Eficiência do tratamento e a qualidade da água do corpo d'água receptor, apenas a jusante.
D.() Eficiência do tratamento apenas.
2. Após monitoramento, foi verificado que, em uma unidade de tratamento de esgoto doméstico (ETE), o efluente apresentava concentração de organismos patogênicos. Para que esses organismos sejam removidos, a referida ETE deve empregar o nível de tratamento citado na alternativa:
A.() Preliminar
B.() Primário
C.() Secundário
D.() Terciário
3. Os níveis de tratamento para remoção de poluentes em uma ETE podem ser preliminar, primário, secundário e terciário, sendo que o emprego desses níveis pode variar, conforme área disponível, tipologia do efluente, recursos financeiros. O que difere o nível primário do secundário está corretamente disposto na alternativa:
A.() O nível primário não remove óleos e graxas por mecanismos biológicos, como ocorre no nível secundário.
B.() No nível primário, a remoção de sólidos grosseiros ocorre pelo método de lodos ativados, e no nível secundário pela adição de agentes coagulantes.
C.() O nível primário é caracterizado por predomínio de um processo físico e o secundário, por ser biológico, na remoção de contaminantes.
D.() O nível primário é caracterizado por predomínio de um processo biológico e o secundário, por ser físico, na remoção de contaminantes.
4. A Resolução CONAMA nº 357/05 trata sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes. Na seção I, artigo 4º, em que trata sobre as águas doces, o referido artigo aborda que as águas de classe especial até classe 3 podem ser usadas para abastecimento humano. Com relação ao exposto, nas águas de classe 2 e 3, a distinção quanto ao uso para abastecimento humano corresponde corretamente ao disposto na alternativa:
A.() As águas de classe 2 podem ser destinadas ao abastecimento para consumo humano, após tratamento simplificado; as águas de classe 3 podem ser destinadas ao abastecimento para consumo humano, após tratamento convencional.
B.() As águas de classe 2 podem ser destinadas ao abastecimento para consumo humano, após tratamento convencional; as águas de classe 3 podem ser destinadas ao abastecimento para consumo humano, após tratamento convencional ou avançado.
C.() As águas de classe 2 podem ser destinadas ao abastecimento para consumo humano, após tratamento simplificado e convencional; as águas de classe 3 podem ser destinados ao abastecimento para consumo humano, após tratamento convencional ou avançado.
D.() As águas de classe 2 podem ser destinadas ao abastecimento para consumo humano, após tratamento convencional; as águas de classe 3 podem ser destinadas ao abastecimento para consumo humano, após tratamento simplificado.



5. Conforme exposto na Resolução CONAMA nº 357/05, as águas de classe doce devem apresentar condições e padrões de qualidade. Analisando os parâmetros Demanda Bioquímica de oxigênio (DBO), Oxigênio Dissolvido (OD) e Turbidez, podemos observar que a resolução considera como águas de classe 2 as que apresentam:
- A.() Turbidez: até 100 UNT; DBO 5 dias a 20°C até 5 mg/L O₂; OD, em qualquer amostra, não inferior a 5 mg/L O₂.
 - B.() Turbidez: até 40 UNT; DBO 5 dias a 20°C até 5 mg/L O₂; OD, em qualquer amostra, não inferior a 6 mg/L O₂.
 - C.() Turbidez: até 100 UNT; DBO 5 dias a 20°C até 10 mg/L O₂; OD, em qualquer amostra, não inferior a 4 mg/L O₂.
 - D.() Turbidez: até 400 UNT; DBO 5 dias a 20°C até 5 mg/L O₂; OD, em qualquer amostra, não inferior a 4 mg/L O₂.
6. A Resolução CONSEMA nº 355/2017 dispõe sobre os critérios e padrões de emissão de efluentes líquidos para as fontes geradoras que lancem seus efluentes em águas superficiais no Estado do Rio Grande do Sul. Sobre essa resolução e o que dispõe o artigo 8º, está correta a alternativa:
- A.() Os efluentes líquidos de que trata essa Resolução devem atender aos padrões de toxicidade estabelecidos em resolução específica sobre a matéria.
 - B.() Os efluentes líquidos de fontes poluidoras somente podem ser lançados em corpos d'água superficiais, direta ou indiretamente.
 - C.() O ponto de lançamento de efluentes industriais em corpos hídricos receptores será obrigatoriamente situado a montante do ponto de captação de água do mesmo corpo hídrico receptor utilizado pelo usuário, ressalvados os casos de impossibilidade técnica, que devem ser avaliadas pelo órgão ambiental competente.
 - D.() O ponto de lançamento de efluentes industriais em corpos hídricos receptores será obrigatoriamente situado a jusante do ponto de captação de água do mesmo corpo hídrico receptor utilizado pelo usuário, ressalvados os casos de impossibilidade técnica, que devem ser avaliadas pelo órgão ambiental competente.
7. O sistema de lodos ativados é amplamente utilizado no Brasil, para tratamento de dejetos industriais e domésticos. Mas para tal, devem ser observados alguns critérios, devido ao seu grau de mecanização superior, se comparado com outros métodos, como uma lagoa facultativa. Os critérios que devem ser observados, nesse caso, são os da alternativa:
- A.() Operação mais tecnológica e agentes coagulantes.
 - B.() Agentes coagulantes e maior consumo de energia.
 - C.() Operação mais tecnológica e maior área para instalação dos tanques.
 - D.() Operação mais tecnológica e maior consumo de energia.
8. As unidades essenciais no sistema de lodos ativados em fluxo contínuo estão corretamente citadas na alternativa:
- A.() Tanque de aeração, tanque de decantação e elevatório de recirculação de lodo.
 - B.() Tanque de aeração, tanque de decantação e reator UASB.
 - C.() Reator UASB, tanque de aeração e elevatório de recirculação de lodo.
 - D.() Tanque de decantação, tanque de aeração e elevatório de recirculação de lodo.
9. Uma indústria de abate de suínos gera diariamente 450 m³ de efluentes com DBO₅ de 90 mg/L. Sabendo que a carga orgânica per capita é de 54 g DBO/habitante.dia, o equivalente populacional da indústria será de:
- A.() 75 habitantes.
 - B.() 750 habitantes.
 - C.() 7750 habitantes.
 - D.() 7500 habitantes.



10. Para o tratamento de efluentes, são empregados como processo de tratamento, sistemas de lagoas, podendo ser do tipo aeróbias, anaeróbias e facultativas. Sobre as lagoas facultativas, existem métodos de redução de cargas orgânicas que diferem umas das outras, variando conforme tipologia do efluente, área para implantação, demanda energética, entre outros. De acordo com o exposto, uma lagoa facultativa convencional difere de uma lagoa aerada facultativa devido ao fato corretamente descrito na alternativa:
- A.() A lagoa facultativa convencional remove a carga orgânica exclusivamente por mecanismos aeróbios.
 - B.() A lagoa aerada facultativa remove a carga orgânica exclusivamente por mecanismos anaeróbios.
 - C.() O suprimento de oxigênio na lagoa facultativa convencional é obtido principalmente por bactérias aeróbias.
 - D.() O suprimento de oxigênio na lagoa aerada facultativa é obtido principalmente por aeradores.
11. Visando obter melhorias no processo de tratamento de esgotos domésticos em uma cidade, a companhia de saneamento responsável pelo tratamento e a prefeitura realizaram estudos para ampliar a ETE já existente. O objetivo da ampliação é de obtenção de melhores resultados e possíveis reusos à água pós-tratamento. Foi verificada possibilidade de implantar uma lagoa aerada ou um sistema de lodos ativados. Após realização de estudo técnico, houve a geração de laudo que afirmava que não seria necessária a ampliação, pois a ETE atual já atendia aos parâmetros de lançamento previstos em lei. A respeito dos métodos apresentados – lagoa aerada e lodos ativados -, é correto o que se afirma na alternativa:
- A.() A lagoa aerada atua de forma similar aos tanques de aeração do sistema de lodos ativados, sendo que a principal diferença é a inexistência de recirculação de sólidos, característica essencial do sistema de lodos ativados.
 - B.() A lagoa aerada apresenta níveis de remoção de demanda bioquímica de oxigênio (DBO) e sólidos em suspensão similares ao do sistema de lodos ativados; no entanto, a eficiência deste último depende da taxa fotossintética de algas presentes no sistema.
 - C.() A lagoa aerada é um método amplamente utilizado para remoção de contaminantes da água por ser de fácil operação, ao contrário do método por lodos ativados, pois a lagoa aerada permite maior tempo de detenção do efluente, a profundidade é desprezível para oxidação de gases da decomposição anaeróbia e baixo consumo energético.
 - D.() É inviável empregar ambos os métodos para pequenas áreas, pois nos dois métodos há necessidade de grandes extensões de área, pois quanto maior a área de exposição do efluente com a radiação solar, mais eficiente será a geração de gás oxigênio requerido para redução de cargas orgânicas presentes no efluente.
12. O emprego de lagoas de maturação em ETEs visam à remoção de organismos patogênicos. Dentre os mecanismos que possibilitam a remoção dos organismos patogênicos, incluem-se os corretamente citados na alternativa:
- A.() Insolação, temperatura, elevado pH, escassez de alimento, baixa concentração de oxigênio dissolvido (OD).
 - B.() Insolação, temperatura, elevado pH, alta concentração de alimento, baixa concentração de oxigênio dissolvido (OD).
 - C.() Insolação, temperatura, elevado pH, escassez de alimento, elevada concentração de oxigênio dissolvido.
 - D.() Insolação reduzida, temperatura, baixo pH, alta concentração de alimento, baixa concentração de oxigênio dissolvido.
13. Tendo necessidade de elevadas taxas de eficiência, as lagoas de maturação devem ser projetadas tendo configuração do tipo lagoa com chicanas ou células em série. Para que os níveis de eficiência sejam atendidos, é importante o projeto apresentar os parâmetros que consta de forma correta na alternativa:
- A.() Tempo de detenção hidráulica (t), chicanas aeradas, número de lagoas em série (n), relação comprimento/altura (L/a).
 - B.() Tempo de detenção hidráulica (t), profundidade da lagoa (H), número de lagoas (n), relação comprimento/largura (L/B).
 - C.() Tempo de detenção hidráulica (t), profundidade das células em série (H), número de lagoas (n), relação altura/largura (a/B).
 - D.() Vazão hidráulica (Q/t), profundidade da lagoa (H), número de lagoas (n), relação comprimento/largura/altura ($L/B/a$).



14. Por aspecto ambiental, entende-se a definição da alternativa:
- A.() Introdução no meio ambiente de qualquer forma de matéria ou energia que possa afetar negativamente o homem ou outros organismos.
 - B.() Alteração da qualidade ambiental que resulta da modificação de processos naturais ou sociais provocada pela ação humana.
 - C.() Elemento das atividades, produtos ou serviços de uma organização que pode interagir com o meio ambiente.
 - D.() Qualquer alteração adversa de atividades, produtos ou serviços de uma organização, que interaja com o meio ambiente, promovendo degradação ambiental.
15. A realização de estudos de base serve de pivô para elaboração de estudos de impacto ambiental (EIA), sendo facilmente confundido com o EIA. Os resultados apontados nesses estudos permitem apresentar um diagnóstico ambiental do local afetado. (Sanchez, Luís Henrique, 2013). São funções dos estudos de base em um EIA:
- A.() Fornecimento de informações necessárias para a identificação e previsão dos impactos e para sua posterior avaliação; contribuição para a definição de programas de gestão ambiental (medidas mitigadoras, compensatórias, programas de monitoramento e demais componentes de um plano de gestão ambiental integrante de um EIA); estabelecimento de uma base de dados para futura comparação com a real situação, em caso de implementação do projeto.
 - B.() Fornecimento de informações necessárias para a identificação e previsão dos impactos e para sua posterior avaliação; abordagem ordenada e sistemática das relações de causa e consequência, intermediadas por alterações de processos ambientais ou sociais, auxiliando na identificação de impactos ambientais; contribuição para a definição de programas de gestão ambiental (medidas mitigadoras, compensatórias, programas de monitoramento e demais componentes de um plano de gestão ambiental integrante de um EIA); antecipar, evitar, minimizar ou compensar os efeitos negativos relevantes biofísicos, sociais e outros.
 - C.() Fornecimento de informações necessárias para a identificação e previsão dos impactos e para sua posterior avaliação; proteção à produtividade e à capacidade dos sistemas naturais, assim como os processos ecológicos que mantêm suas funções; promover o desenvolvimento sustentável e otimizar o uso e as oportunidades de gestão de recursos; estabelecimento de uma base de dados para futura comparação com a real situação, em caso de implementação do projeto.
 - D.() Fornecimento de informações necessárias para a identificação e previsão dos impactos e para sua posterior avaliação; contribuição para a definição de programas de gestão ambiental (medidas mitigadoras, compensatórias); manutenção das condições ambientais, de forma que sejam explicitamente tratadas e incorporadas ao processo decisório; antecipar, evitar, minimizar ou compensar os efeitos negativos relevantes biofísicos, sociais e outros, preconizados no EIA.
16. Fazem parte de um plano de trabalho para realização de um estudo de impacto ambiental os itens referentes aos dados da alternativa:
- A.() Localização; avaliação de lei referente ao uso e parcelamento do solo; identificação de potenciais impactos; relatório de impacto ambiental e descrição do empreendimento.
 - B.() Descrição do empreendimento; localização; delimitação de área de estudo; identificação de potenciais impactos e relatório de impacto ambiental.
 - C.() Descrição do empreendimento; localização; delimitação de área de estudo; metodologia de levantamento e tratamento de dados e compromissos de consulta pública.
 - D.() Metodologia de levantamento e tratamento de dados; compromissos de consulta pública; compensação de danos ambientais; comparação com estudos similares e relatório de impacto ambiental.



17. Com relação ao parâmetro Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO), as principais vantagens da aplicação do teste correspondem corretamente à alternativa:
- A.() Indicação aproximada da fração biodegradável do despejo; indicação da taxa de degradação do despejo; indicação da taxa de consumo de oxigênio em função do tempo; necessidade de inibição de organismos responsáveis pela oxidação da amônia.
 - B.() Indicação aproximada da fração biodegradável do despejo; indicação da taxa de degradação do despejo; indicação da taxa de consumo de oxigênio em função do tempo; baixa concentração de DBO afluente devido à não adaptação de microrganismos.
 - C.() Indicação aproximada da fração biodegradável do despejo; indicação da taxa de degradação do despejo; indicação da taxa de consumo de oxigênio em função do tempo; determinação da quantidade de oxigênio requerido para a estabilização biológica da matéria orgânica presente.
 - D.() Indicação aproximada da fração biodegradável do despejo; indicação da taxa de consumo de oxigênio em função do tempo; necessidade de inibição de organismos responsáveis pela oxidação da amônia; baixa concentração de DBO afluente devido à não adaptação de microrganismos.
18. As principais vantagens do teste da Demanda Química de Oxigênio (DQO) são:
- A.() Tempo de execução do teste em curto período de tempo, cerca de 2 a 3 horas; indicação do oxigênio requerido para a estabilização da matéria orgânica; resultado do teste não ser afetado pela oxidação da amônia.
 - B.() Tempo de execução do teste em curto período de tempo, cerca de 2 a 3 horas; indicação do oxigênio requerido para a estabilização da matéria orgânica; informação do consumo de matéria orgânica ao longo do tempo.
 - C.() Resultado não ser afetado pela oxidação da amônia; informação do consumo de matéria orgânica ao longo do tempo; oxidação de constituintes inorgânicos.
 - D.() Tempo de execução do teste em curto período de tempo, cerca de 2 a 3 horas; indicação do oxigênio requerido para a estabilização da matéria orgânica; indicação direta do teor de matéria orgânica presente nos despejos domésticos e/ou industriais.
19. A fim de verificar a carga afluente de DBO em uma estação de tratamento de esgoto doméstico, deve ser considerada para carga per capita, onde está representa a contribuição de cada indivíduo por unidade de tempo, o valor de:
- A.() 0,054 g/hab.d
 - B.() 0,54 g/hab.d
 - C.() 54 g/hab.d
 - D.() 0,0054 g/hab.d
20. São instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) – Lei nº 12.305/2010:
- A.() A prevenção e a precaução; o poluidor-pagador e o protetor-recebedor; a visão sistêmica, na gestão dos resíduos sólidos, que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública; o desenvolvimento sustentável.
 - B.() A responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos; o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania; a prevenção e a precaução; o poluidor-pagador e o protetor-recebedor.
 - C.() Os planos de resíduos sólidos; os inventários e o sistema declaratório anual de resíduos sólidos; a prevenção e a precaução; o poluidor-pagador e o protetor-recebedor; a visão sistêmica, na gestão dos resíduos sólidos.
 - D.() Os planos de resíduos sólidos; os inventários e o sistema declaratório anual de resíduos sólidos; o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis; o monitoramento e a fiscalização ambiental, sanitária e agropecuária.



21. Conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) – Lei nº 12.305/2010, a elaboração dos planos de resíduos sólidos é de responsabilidade dos estados, em consonância com o disposto corretamente na alternativa:
- A.() Para terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à gestão de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade.
 - B.() Vigência por prazo indeterminado e horizonte de 20 (vinte) anos, a ser atualizado a cada 4 (quatro) anos.
 - C.() Elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, nos termos previstos por esta Lei. É condição para o Distrito Federal e os Municípios terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade.
 - D.() Fornecer ao órgão federal responsável pela coordenação do SISNAMA todas as informações necessárias sobre os resíduos sob sua esfera de competência, na forma e na periodicidade estabelecidas em regulamento.
22. Todo Estudo de Impacto Ambiental (EIA) deve apresentar fase de planejamento e execução. Sobre a fase de execução, compõem o conjunto de ações visando à análise de impactos os itens dispostos de forma correta na alternativa:
- A.() Estudo de base; identificação dos impactos; determinação do escopo dos impactos.
 - B.() Identificação dos impactos; previsão e magnitude dos impactos; avaliação da importância dos impactos.
 - C.() Estudo de base; determinação do escopo dos impactos; previsão e magnitude dos impactos.
 - D.() Identificação dos impactos; previsão e magnitude dos impactos; determinação do escopo dos impactos; fornecer ao órgão federal responsável pela coordenação do Sinir todas as informações necessárias sobre os resíduos sob sua esfera de competência, na forma e na periodicidade estabelecidas em regulamento.
23. O conceito de hierarquia de mitigação impactos ambientais vem sendo empregado internacionalmente, sendo este apresentado na seguinte ordem de preferência:
- A.() Evitar; corrigir; reduzir; compensar.
 - B.() Evitar; reduzir; compensar; corrigir.
 - C.() Evitar; compensar; reduzir; corrigir.
 - D.() Evitar; reduzir; corrigir; compensar.
24. De acordo com a Resolução CONSEMA nº 355/2017, no que trata o disposto no artigo 17, no qual ficam estabelecidos os seguintes padrões de emissão em função da vazão, para efluentes líquidos sanitários, os parâmetros DBO₅, DQO, Sólidos Suspensos Totais (SST) devem atender aos valores de concentração estabelecidos ou à eficiência mínima fixada, conforme as faixas de vazão abaixo referidas na alternativa:
- A.() Q < 100, DBO₅ mg/L 120; DQO mg/L 330; SST mg/L 140.
 - B.() Q < 200, DBO₅ mg/L 120; DQO mg/L 330; SST mg/L 140.
 - C.() Q < 100, DBO₅ mg/L 110; DQO mg/L 330; SST mg/L 125.
 - D.() Q < 200, DBO₅ mg/L 100; DQO mg/L 300; SST mg/L 100.
25. Sobre a relação DQO/DBO₅, marque a alternativa correta:
- A.() Quando a relação for baixa < cerca de 1,5, indicação para tratamento biológico; intermediária, entre 1,5 e 3,0, são indicados estudos de tratabilidade para verificar a viabilidade do tratamento biológico; elevada > cerca de 3,0, possível indicação para tratamento físico-químico.
 - B.() Quando a relação for baixa < cerca de 2,5, indicação para tratamento físico-químico; intermediária, entre 2,5 e 4,0, são indicados estudos de tratabilidade para verificar a viabilidade do tratamento biológico; elevada > cerca de 4,0, possível indicação para tratamento biológico.
 - C.() Quando a relação for baixa < cerca de 1,5, indicação para tratamento biológico; intermediária, entre 1,5 e 4,0, são indicados estudos de tratabilidade para verificar a viabilidade do tratamento biológico; elevada > cerca de 4,0, possível indicação para tratamento físico-químico.
 - D.() Quando a relação for baixa < cerca de 2,5, indicação para tratamento biológico; intermediária, entre 2,5 e 4,0, são indicados estudos de tratabilidade para verificar a viabilidade do tratamento biológico; elevada > cerca de 4,0, possível indicação para tratamento físico-químico.



Legislação

26. Sobre impostos municipais, analise as seguintes afirmativas, colocando V para as verdadeiras e F para as consideradas falsas:
- () O imposto sobre propriedade predial e territorial urbana poderá ser progressivo em razão do valor do imóvel.
 - () O imposto sobre propriedade predial e territorial urbana não poderá ter alíquotas diferentes com base na localização e uso do imóvel.
 - () É vedado ao município exigir ou aumentar tributos sem lei que o estabeleça.
 - () É permitido ao município instituir impostos sobre templos de qualquer culto.
- Está correta a sequência de V e F da alternativa:
- A. () F, F, F, V.
 - B. () V, V, F, F.
 - C. () V, F, V, F.
 - D. () F, V, V, F.
27. Sobre a administração pública do município de Santo Ângelo, considere as seguintes afirmações, colocando V para as verdadeiras e F para as consideradas falsas:
- () No que tange à administração, o município de Santo Ângelo é regido pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e participação popular nas decisões.
 - () Para os cidadãos munícipes obterem informações sobre assuntos referentes à administração pública municipal, faz-se necessária a anuência prévia do chefe do poder executivo.
 - () Todas as medidas do poder público municipal de grande repercussão na comunidade devem ser discutidas com as entidades representativas do município.
 - () A administração pública direta ou indireta não está proibida de contratar empresas que façam uso do trabalho infantil ou outras práticas ilegais na administração da mão de obra.
- Está correta a sequência V e F da alternativa:
- A. () V, V, F, F.
 - B. () F, V, F, F.
 - C. () F, F, V, F.
 - D. () V, F, V, F.
28. A Lei Orgânica (artigos 84 e 85), ao tratar das atribuições do Prefeito, distingue entre a competência privativa e a simples competência. São competências privativas do Prefeito as seguintes, exceto a da alternativa:
- A. () Elaborar e apresentar à Câmara projeto de emenda à Lei Orgânica do Município.
 - B. () Representar o Município em juízo ou fora dele.
 - C. () Nomear e exonerar os secretários municipais.
 - D. () Vetar projetos de lei, total ou parcialmente.
29. Remoção é o deslocamento do servidor de uma para outra repartição. Sobre o tema, com base no artigo 42 e seguintes do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Santo Ângelo, leia e considere as seguintes colocações, marcando com F as falsas e com V as consideradas verdadeiras:
- () A remoção ocorrerá a pedido, atendida a conveniência do servidor ou de ofício, no interesse da administração, devidamente justificada.
 - () Não cabe ao servidor removido o pedido de revisão do ato, mesmo diante de grave prejuízo ao mesmo.
 - () A remoção será feita por ato da autoridade competente.
 - () A remoção por permuta será precedida de requerimento firmado por ambos os interessados.
- Está correta a sequência de V e F da alternativa:
- A. () V, F, V, V.
 - B. () F, F, V, V.
 - C. () V, V, F, V.
 - D. () F, V, F, F.
30. A investidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão por decisão judicial, com ressarcimento de todas as vantagens, chama-se corretamente de acordo com a alternativa:
- A. () Posse.
 - B. () Nomeação.
 - C. () Reintegração.
 - D. () Readaptação.